

3.1 Artigos Originais

3.1.1 O processo de inclusão de crianças com síndrome de down na rede pública

D. E. TAVARES¹; D. S. R. DE OLIVEIRA².

¹ Pós-Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP; Diretora Acadêmica do CEFOR – Centro Formador da Cruz Vermelha Brasileira, São Paulo- SP, Brasil.

E-mail: dirceen@gmail.com

² Pedagoga e Pesquisadora do Centro Universitário Estácio de São Paulo, São Paulo- SP, Brasil.

COMO CITAR O ARTIGO:

TAVARES, D. E.; OLIVEIRA, D. S. R. **O processo de inclusão de crianças com síndrome de down na rede pública.** URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista eletrônica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, v.10, n.4, p. 92-115, out /2020.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down, na escola pública. Foco no respeito ao direito da inclusão da criança com Síndrome de Down e a importância do seu desenvolvimento no âmbito escolar. Para prosseguir com esta pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa e na investigação, apropriando-se da pesquisa descritiva e utilizando a análise crítica para encontrar possibilidades de inovação referente à inclusão escolar no Brasil. Sintetizar-se-á aqui a Síndrome de Down como uma alteração genética do cromossomo 21. Foi analisado, nesta pesquisa, os caminhos que conduzem a uma educação inclusiva de qualidade e com a proposta de inserir e realizar a interação, eliminando todo e qualquer sentimento ou atitude de pré-conceito e construindo uma sociedade mais inclusiva. Quando aprendermos a ver a diversidade como algo natural, desmistificando os pensamentos controversos, teremos a oportunidade de falar apenas de convivência saudável.

Palavras-chave: Inclusão de Crianças; Síndrome de Down; Escola Pública.

ABSTRACT

This study is aimed to reflect on the process of inclusion of children with Down syndrome in the public school. It is focused on respecting the right of inclusion of the child with Down syndrome and the importance of their development in the school context. To continue with this research it is used the qualitative approach and the investigation, appropriating the descriptive research and using critical analysis to find possibilities of innovation related to school inclusion in Brazil. It is synthesized Down syndrome here as a genetic alteration of chromosome 21. It was analyzed, in this research, the paths that lead to an inclusive education of quality and with the proposal to insert and perform the interaction, eliminating any feeling or attitude of pre-conception and constructing a better inclusive society. When we learn to see diversity as something natural, demystifying the controversial thoughts, we will have the opportunity to speak only of healthy coexistence.

Keywords:Inclusion of children; Down's Syndrome; Public school

1 INTRODUÇÃO

Todos estamos de visita num momento e num lugar da história. Só viemos de passagem para praticar todos os verbos que servirem para aprender, crescer, amar, deixar o registro e depois? Voltar para outra esfera?

Tavares (2019, p. 11).

Este trabalho tem como propósito, apresentar alguns desafios e dificuldades que as crianças com Síndrome de Down enfrentam para ingressar na rede regular de ensino, até mesmo na sociedade, sem sofrer algum tipo de preconceito. O trabalho foi realizado embasando-se, também, nas leis que defendem esse direito.

Algumas escolas regulares não se interessam em expandir meios de trabalho com as crianças com Síndrome de Down - SD. Sabe-se que essas crianças têm capacidade para alcançar seu processo de ensino e aprendizagem de forma significativa. Nota-se que, a criança com Síndrome de Down pode apresentar algumas dificuldades, inclusive na fala.

No começo de 2016, deu-se início a uma nova visão referente aos 45 milhões de brasileiros que com algum grau de deficiência. Entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei no. 13.146, de 2015), que defende os direitos e as igualdades, a qual engloba também as crianças com Síndrome de Down. Desde então, iniciou-se uma nova

etapa para colocar em vigor os direitos a todos os quais foram assegurados pela lei.

O conteúdo central desse trabalho, visa a necessidade de investigação e apresentação, pois, percebeu-se a relevância de se entender melhor a questão das dificuldades em relação ao processo de inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino.

Torna-se visível e patente em nossos objetivos, analisar quais as principais dificuldades das crianças cujas famílias enfrentam, sob o propósito de conseguirem matricular e incluir as crianças com Síndrome de Down na escola e, portanto, houve preocupação de identificar tanto quanto analisar as leis que favorecem os direitos dessas crianças. Para prosseguir com essa pesquisa, utilizar-se-á a metodologia qualitativa, descritiva e a análise crítica para concentrar melhores resultados cujo objetivo será os principais desafios encontrados com relação à inclusão da criança com Síndrome de Down.

A finalidade neste artigo, foi a de identificar como acontece a inclusão de crianças com Síndrome de Down, por ser uma realidade concreta na atual sociedade. O impacto da inclusão e o que poderá surgir na gestão das escolas das redes públicas, no ensino ministrado pelos professores, no que as famílias e a sociedade tendem a contribuir para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down. Nota-se uma realidade a qual se mostra cada vez mais presente em nossas vidas e cotidiano relacionando a todos a um mesmo objetivo; o desenvolvimento social.

O significado desta pesquisa se acentua na busca de melhorias nos resultados e desses impactos que afetam as famílias, as escolas e a

sociedade como um todo. Como princípio, buscou-se apurar certos seguimentos para que surjam pessoas mais bem preparadas para lidarem com crianças com Síndrome de Down, para que elas consigam se preparar melhor e tenham o direito de participar deste mundo bastante segregador. A ideia é a de que todos tenham acesso aos seus direitos e deveres, principalmente, o direito ao gozo de sua plena cidadania.

O que induziu a realização deste trabalho de pesquisa, foi a história de vida de uma pessoa de família de origem simples, conhecida como “Tia Bui”. Para os parentes, ela nasceu com Síndrome de Down, porque era uma maneira de Deus punir algum erro que os pais, porventura, teriam cometido anteriormente, assim a deficiência foi atribuída a uma forma de serem castigados por algum tipo de força divina.

Bui era apelido que ela mesma escolheu, quando tinha por volta de seus treze anos. Ela nasceu no interior da Bahia em 15/01/1975 e faleceu em 10/10/2016 em São Paulo. Morava com os pais, após o falecimento deles, passou a morar com uma irmã quando ainda florescia a sua adolescente. Quando os pais souberam do nascimento, eles começaram a escondê-la, pois, no interior onde moravam, não havia muitos registros de casos de crianças com Síndrome de Down.

Na época em que Bui atingiu a idade para ir à escola, não era comum crianças com Síndrome de Down frequentarem a rede pública de ensino, por este motivo, não foi matriculada na escola, por consequência, infelizmente, nem sequer aprendeu a escrever seu próprio nome. Foi, a ela, omitido qualquer tipo de tratamento ou de

acompanhamento com especialistas, tais como, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, entre outros, para a finalidade de auxiliar em seu desenvolvimento e desempenho durante a vida. Mesmo sem obter os acompanhamentos necessários, sob as circunstâncias de morar no interior da Bahia, em que postos de saúde e ou hospitais ficam longe, Tia Bui conseguia sobreviver, e, ao mesmo passo, se desenvolver em sociedade.

Mesmo não recebendo os estímulos necessários, a relação com pessoas ao seu redor era de muito afeto, ela era organizada com os próprios pertences, gostava de se arrumar e de usar maquiagem sempre que possível. Poucos momentos, Tia Bui saía de casa, em contraponto gostava de receber visitas, pois ficava conversando com as pessoas e cantando para elas. Porém, tinha muitas dificuldades com relação à fala. Para ela pronunciar as palavras, era uma tarefa difícil, pois a dicção não fora desenvolvida adequadamente, o que vem a ser normal em determinados casos de pessoas com Síndrome de Down, estes quando não fazem acompanhamento médico frequente. Por estes motivos, nota-se a importância do acompanhamento médico desde criança, o quanto antes possível, para que a pessoa consiga superar ou amenizar essas e outras dificuldades provenientes do caso.

Um atendimento multidisciplinar é de suma importância. Todo ser humano deve ter o direito de receber atendimento necessário à inclusão, principalmente, dentro do âmbito familiar, como também, no ambiente escolar e na sociedade. Ele precisa ter a oportunidade de apresentar capacidade de formular e alcançar objetivos possíveis, obter desenvolvimento em relação às suas metas pessoais, educacionais e

sociais, ocupando assim seu lugar próprio no mundo e digno na sociedade, podendo conseguir autonomia, liberdade e independência.

Nesta pesquisa, foi empregada a abordagem qualitativa a qual tem por objetivo usufruir da pesquisa bibliográfica, a partir de materiais publicados, tais como; documentos diversos, documentos legais, livros, revistas, periódicos e artigos científicos. “Procurar, descobrir e aprender conhecimento faz parte de uma nova perspectiva em educação, na qual está a visão interdisciplinar, pela qual o ser humano submerge nas profundezas de seus próprios desejos de aprender e de transformar” (FAZENDA, TAVARES E GODOY, 2015, p. 54).

De acordo com Lüdke e André (2013), a pesquisa qualitativa é muito importante para a área da Pedagogia, pois é ela que traz complementos e possíveis certezas científicas, a fim de que não haja baseamento apenas nos conhecimentos do senso comum. Com esta finalidade, o trabalho de pesquisa procura um fundamento para uma nova mudança na educação e na sociedade, que possa usufruir da absorção das hipóteses aqui analisadas.

A preocupação deste trabalho foi buscar uma nova mudança na educação e na sociedade para a disposição da absorção do problema proposto. Nota-se, com isto, entender que, com uma maneira de agir inovadora, de forma mais sensibilizada e respeitosa, cada indivíduo poderá ter seus direitos adquiridos, até que, possivelmente, chegar-se-á um momento que não existirá exclusão de maneira

A pesquisa tem como base a biografia: “narrando a história de vida de Tia Bui”. O método narrativo é também de suma importância para ser utilizado em pesquisas e trabalhos acadêmicos, para Brockmeier e Rom

(2003, p. 525) “Trata-se, antes, de uma nova abordagem teórica, de um novo gênero de filosofia da ciência”.

Os pais de Tia Buí apenas souberam que ela tinha Síndrome de Down, após seu nascimento, o parto foi em casa, por intermédio das parteiras. Ela nasceu no interior da Bahia, em Vitória da Conquista. Após o parto, devido seus pais não terem acesso a informações de pessoas com Síndrome de Down, a partir de então, tomaram a decisão de escondê-la da sociedade e de alguns parentes, apenas tinha contato com Tia Bui àquele que morava na casa (seus pais e mais 5 irmãos). Foi assim a Vida de Tia Bui; escondida dentro de casa e de todos, sem direito a liberdade e a fazer parte da sociedade. Ela faleceu aos 41 anos, por causas naturais.

A preocupação em trabalhar com a pesquisa qualitativa foi devido possibilitar o acesso, no que tange o envolvimento à reflexão crítica mais profunda e no diálogo com diversos os autores (FAZENDA, TAVARES E GODOY, 2015).

Neste sentido, houve a possibilidade de defrontar e confrontar paraobter o entendimento dos fenômenos relacionados à educação e à inclusão de crianças com Síndrome de Down, para tornar o trabalho com maior teor de qualidade e cientificidade, que fora almejado.

2 OBJETIVOS

- Conceituar e compreender a Síndrome de Down;

- Analisar os problemas e os desafios encontrados com relação a inclusão da criança com Síndrome de Down para ingressar na rede regular de ensino público;
- Apresentar os conteúdos e leis que defendem o direito da criança com deficiência na matrícula escolar;

3 CONHECENDO E CONCEITUANDO A SÍNDROME DE DOWN

É importante entender o significado da Síndrome de Down, na perspectiva de ampliar os conhecimentos e as possibilidades de argumentação. Pueschel (2003) explica em suas pesquisas, que é uma anomalia genética conhecida por Síndrome de Down, e recebeu esse nome depois de uma descrição de John Langdon Down, um médico inglês que apresentou pela primeira vez em 1866, as características de uma criança com esta Síndrome. Também, pode ser chamada de Trissomia do 21. Foi chamada, por determinado tempo, de “mongolismo” um termo incorreto que acarreta preconceito. É uma anormalidade cromossômica causada por um cromossomo extra no par 21. Nós seres humanos temos em nossas células, 46 cromossomos, em 23 pares. Já nas crianças que nascem com a Síndrome de Down tem 47 cromossomos. Elas possuem três cópias do cromossomo 21 ao contrário de duas consideradas normais nos indivíduos.

Castro e Pimentel (2009), informam que o que esta cópia pode impactar, varia muito e dependendo da dimensão, não se sabe como pode afetar o organismo do indivíduo. Podem-se destacar as causas

genéticas familiares, os fatores ambientais entre outras. Diferente de outras, a Síndrome de Down não tem grau, o que existem são “processos de intervenção que podem estimular as potencialidades de modo que o cérebro possa, dentro da sua plasticidade, responder aos estímulos e as exigências externas que são feitas aos indivíduos” (CASTRO e PIMENTEL, 2009, p. 304).

Nesta perspectiva, as crianças com Síndrome de Down possuem uma semelhança e são vulneráveis a desenvolverem algumas doenças, como, por exemplo, cardiopatia, deficiência auditiva, entre outras. Embora apresentem deficiências intelectuais e de aprendizado, são pessoas cuja personalidade é única. As atitudes da criança com Síndrome de Down podem variar de acordo com o seu potencial genético e as características culturais do meio em que convivem. “[...antes de mais nada a criança com Síndrome de Down é um ser humano com todos os aspectos positivos, todas as fraquezas inerentes à humanidade e que há um futuro (...)]” (CANNING, *apud*:PUESCHEL, 2003, p. 176).

O desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down é bem semelhante ao das crianças que não tem a síndrome. Porém, ele acontece de uma maneira um pouco mais lenta, pois, a criança com a síndrome, perderá a concentração mais facilmente. É sempre importante estimular a criança com Síndrome de Down para que consiga atingir os objetivos esperados, respeitando a capacidade e potencialidade de cada uma.

Soler (2002, pp. 40-41), destaca a predominância de algumas características físicas das crianças com Síndrome de Down, as quais são específicas e podem apresentar:

- A musculatura de maneira geral é mais flácida (hipotonia muscular).
- Os olhos apresentam-se com pálpebras estreitas e levemente oblíquas, com prega de pele no canto interno (prega epicântica).
- A cabeça geralmente é menor e a parte posterior levemente achatada. A moleira pode ser maior e demorar mais para se fechar.
- A boca é pequena e muitas vezes se mantém aberta com a língua projetando-se para fora.
- As mãos são mais curtas e largas e, às vezes, nas palmas das mãos, há uma única linha transversal, de lado a lado, em vez de duas.
- Pode existir pele em excesso no pescoço, que tende a desaparecer com a idade.
- As orelhas geralmente pequenas e de implantação baixa. O conduto auditivo é estreito.
- Os dedos dos pés das crianças há um espaço grande entre o dedão e o segundo dedo. Muitos tem pé chato.

Portanto, crianças com Síndrome de Down, apesar de terem algumas semelhanças físicas, não devem ser generalizadas, pois podem apresentar características distintas, tais como; tom de pele, cores dos olhos, o físico (massa muscular, gordura corporal...), texturas e tom de cabelo, entre outros. “Uma das características da Síndrome de Down é que esta afeta diretamente o desenvolvimento psicomotor, por isso, é muito importante que a criança tenha espaço para correr e brincar exercitando sua coordenação global” (SOLER, 2002, p. 41).

Entretanto, Síndrome de Down é uma condição geneticamente convicida não uma doença. Crianças com a síndrome podem participar e estar com outras crianças, com o intuito de construir seu aprendizado e desenvolvimento.

O dia 21 de março é comemorado “O Dia Internacional da Síndrome de Down”, um dos principais objetivos dessa data é superar os preconceitos existentes.

A Síndrome de Down possui um código para identificar em um documento, o laudo médico no qual ajuda ao atendimento, tanto na área da saúde, quanto no atendimento escolar, como um parecer clínico. “Na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) a SD recebe o código Q - 90. Por estar classificada no capítulo Q00 - Q99 das malformações, deformidades e anomalias cromossômicas” (BRASIL, 2013, p. 12). Dentro deste âmbito, o laudo médico pode facilitar no atendimento das crianças com Síndrome de Down nas escolas, no qual a criança seguirá um currículo adaptado para melhor desenvolver-se nos planos acadêmico e social.

Pueschel (2003) informa que, a Síndrome de Down pode afetar na formação de qualquer ser humano, mesmo assim, ele poderá ter uma vida agradável e de qualidade.

Conclui-se que, quanto mais cedo estimula o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, obviamente, com base em um acompanhamento multidisciplinar e interdisciplinar, melhores serão os resultados da sua vida adulta.

4 O DIREITO DA CRIANÇA NA MATRÍCULA ESCOLAR

Após conceituar, conhecer e compreender sobre a Síndrome de Down, agora haverá possibilidades para discutir como ocorre a inclusão na rede pública da criança com deficiência.

A Lei Nº 13.146, informa que todos têm direito às possibilidades de habitar como qualquer outra pessoa e sem passar por qualquer tipo de discriminação, tendo todos os direitos que qualquer outro ser humano possa ter. Logo, esta lei deve ser cumprida por todos.

A partir de então, as crianças com Síndrome de Down têm direitos e deveres como todos os outros, inclusive as mesmas chances de conviver com os demais, nas mais diversas esferas da sociedade.

No artigo 28, inciso III, trata do direito referente ao:

Projeto político pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender as características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Brasil, 2015, p. 35).

Sendo assim, estimulando o desenvolvimento de habilidades na convivência com as diferenças, preveem um trabalho voltado para a potencialidade de cada ser humano, sem distinção.

De acordo com Aranha (*apud*: SILVA, 2012, p. 61), percebe-se que:

Em 1981, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, foi elaborado o Programa de Ação Mundial Relativo às Pessoas com Deficiência, adotado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) na Resolução nº 37/52* de 3 de dezembro de 1982. Está presente na referida resolução a exigência das mesmas oportunidades para as pessoas com deficiência e melhoria das condições de vida para essa população.

As leis favorecem tanto o atendimento educacional na rede regular de ensino, como também o atendimento educacional especializado, um atendimento das especificidades aos alunos com deficiência sem

prejudicar a escolarização regular. Por exemplo, na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). "A educação é um direito humano, fundamental e, portanto, deve ser colocado à disposição de todos os seres humanos" (MANTOAN, 2008, p. 18). A educação para todos é também uma educação democrática, fazendo dela uma educação inclusiva para todos.

Antes da mudança na Constituição, o ensino fundamental era a única fase escolar obrigatória no Brasil, logo após a emenda, ou seja, uma complementação da lei, o ensino passa a ser obrigatório dos 4 aos 17 anos, incluí-se a pré-escola, o ensino fundamental e o médio.

É necessário o educador ter uma visão ampla de trabalho, um olhar sem preconceitos, com crianças especiais, e ter uma "adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino" (BRASIL, 2015, p. 35).

As leis que garantem os direitos dos alunos com necessidades especiais nas escolas públicas a frequentarem também a permanecerem nas escolas são de extrema importância para assegurar que eles possam participar do ambiente escolar como todas as outras crianças, a adaptação escolar e curricular baseando-se nas leis tem grandes significados para o desenvolvimento global das crianças com Síndrome de Down.

Nesta perspectiva todos devem trabalhar e viver sem qualquer tipo de discriminação que possa existir, conclui-se que isso é formar para a cidadania e desenvolver na criança a sua autonomia integrativa.

5 INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SD NA ESCOLA PÚBLICA

No capítulo anterior, salientou-se a questão sobre a inclusão da criança com Síndrome de Down na escola pública, em seguida, tratar-se-á sobre a análise e reflexão dos direitos da criança com base nas leis brasileiras.

Para Silva (2012), integração e inclusão são bem diferentes. Integrar é quando a criança tem que se adaptar de acordo com o ambiente recebendo um atendimento de reforço em escola especializada e incluir é quando a escola regular faz adaptações no ambiente para interar a criança com necessidades especiais.

As crianças com Síndrome de Down podem ter um atendimento tanto nas salas de aula das escolas regulares de ensino quanto em escolas especializadas ou em salas de recursos, como um reforço.

Mantoan (2003) explica que a integração é feita em uma escola especializada que atende crianças com necessidades especiais, com professores especializados e salas com diversos materiais para um atendimento diferenciado para cada criança. Vale salientar o quanto é importante que elatenha a oportunidade de se interarcom outras crianças na sala de aula e em todos os ambientes, sentindo-se e fazendo parte da sociedade.

Aqueles que, por apresentaram necessidades próprias e diferentes dos demais alunos, requerem recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos. Consideram-se integrantes desse grupo os portadores de: deficiência mental, visual, auditiva, física, múltipla, condutas típicas e altas habilidades(SOLER, 2002, pp. 31-32).

Nesta perspectiva, todas as crianças com necessidades especiais têm o direito de receber também um atendimento em escolas especiais além do atendimento nas escolas regulares.

Notamos que os professores, parecem ainda ter receio de trabalhar com as crianças com Síndrome de Down, dentro da sala de aula na rede regular de ensino, devido não saber, muitas vezes, o que fazer, como fazer. Muitos não têm formação em educação inclusiva, não tem especialização e não tem qualificação. Este é um problema a ser tratado com a educação continuada, para atender as exigências que se apresentam com seu cotidiano escolar. "A escola para todos exige uma grande virada na formação inicial e continuada dos professores" (MANTOAN, 2008, p. 13).

Portanto, devido essa falta de conhecimento e de engajamento dos professores, ainda acaba acontecendo a falta de inclusão da criança com Síndrome de Down. Os professores, muitas vezes, não conseguem encontrar possibilidades na sua atuação para que essas crianças desenvolvam seu aprendizado escolar e que se preparem para conviver na sociedade. "A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal" (TAVARES, 2019, p. 76). A família é a base, ou seja, o começo dessa socialização, mas a escola deve dar a oportunidade, para sua inserção na sala de aula, sua integração social e educacional mais ativa, mais dinâmica, mais atuante.

O professor deve adequar as atividades para crianças com Síndrome de Down para que elas consigam fazer. Deve, ainda, facilitar as atividades de uma maneira parecida com a das outras crianças para que elas enfrentem e consigam vencer os obstáculos. "Com os novos

tratamentos e menos preconceitos, portadores da Síndrome de Down vivem melhor e é nosso papel, enquanto educadores, desmitificar a imagem de incapacidade que sempre esteve associada ao Down” (SOLER, 2002, p. 43).

As crianças com Síndrome de Down têm o direito de participar do acesso ao lazer, da cultura e de tudo que as outras crianças têm.

A inclusão escolar vai muito além da questão da inserção do aluno com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. Trata-se de um processo que exige o questionamento e revisão de posturas e práticas que há muito tempo vinham sendo desenvolvidas no ambiente escolar (SILVA, 2012, p. 99).

Portanto, para o desenvolvimento amplo da criança com Síndrome de Down é necessário criar um olhar distante de preconceitos e não colocar limitações para essas crianças, dando a ela liberdade para se manifestar e oportunidade de mostrar suas capacidades.

Segundo Mantoan (2008), ter um atendimento educacional qualificado com embasamento, descarta todos os tipos de exclusão de qualquer criança ou pessoa que necessita de educação básica especial. Ela necessita ampliar seu olhar, seus conceitos, dando liberdade para o aprendizado, para que as crianças com Síndrome de Down se manifestem mais, utilizem sua criatividade e sua alegria com autonomia.

Nesse sentido, Puschel (2003), diz que nas escolas regulares tem aumentado bastante o atendimento de crianças com Síndrome de Down, comparado com as escolas especiais. As crianças estão sendo matriculadas com 3 ou 4 anos de idade, porém, as leis alteram de acordo com cada país. O estudo mostra que alunos com Síndrome de Down inseridos em escolas regulares conseguem se desenvolver melhor em sociedade. Sendo assim, também apresentam melhores

resultados e habilidades enfrentando suas limitações para sua vida acadêmica.

Castro e Pimentel (2009), revelam que se o professor possuir um olhar diferenciado para a criança com Síndrome de Down, em sua singularidade e seu processo de desenvolvimento, o professor, com a sua capacidade de transmitir e construir seus conhecimentos e saberes consegue criar e possibilitar ações para que essa criança possa alcançar seu desenvolvimento enquanto sujeito aprendiz. “Existem sim processos de intervenção que podem estimular as potencialidades de modo que o cérebro possa, dentro da sua plasticidade, responder aos estímulos e as exigências externas que são feitas aos indivíduos” (CASTRO e PIMENTEL, 2009, p. 304).

É significativo que os professores entendam que crianças com Síndrome de Down têm suas dificuldades, mas também suas potencialidades. A compreensão pode levar a busca de metodologias apropriadas.

Para Buckley e Bird (*apud*: LUIZ et al, 2008, p. 502), é necessário que se realize um trabalho para que os ambientes escolares fiquem proporcionais e adequados para sanar as necessidades especiais de todos e, principalmente, que no currículo escolar contemple um planejamento e um atendimento ímpar para cada necessidade não só exclusivo para as crianças com Síndrome de Down. A escola não pode perder sua missão de atender à todos visando um princípio básico de formar bons cidadãos, bem desenvolvidos dentro do seu contexto social e intelectual. Portanto, vale salientar o quanto é importante a família, a

escola e a sociedade, tratar cada criança com Síndrome de Down como única, cada uma com suas características e potencialidades.

A Constituição Federal de 1988, diz que todos têm direito à inclusão e esta é muito importante para a integração e inclusão. Para que esta inclusão aconteça, os pais têm um papel importante de buscar os direitos dos filhos na rede regular de ensino. Há alguns casos de pais que retiram seus filhos da escolar, pelo fato da criança não acompanhar a classe e o conteúdo. Eles também, muitas vezes, precisam de conscientização para que não ocorra a exclusão.

Se a família não percebe que a educação é essencial para o desenvolvimento de seus filhos e dos benefícios que a socialização produz, precisa haver mais divulgação e ela precisa também ser amparada e conscientizada. Havendo uma boa relação entre pais, professores e escola, pode-se pensar juntos, em equipe, as possibilidades na formação de criar um bom investimento educacional e de como trabalhar metodologias adequadas, aplicadas a cada caso.

Por essa razão, a escola que almeja formar pessoas para o futuro de um país altruísta, é aquela onde a educação é o lugar de atuar e interferir, de forma sistêmica, na realidade social e nesta perspectiva a escola deveria aprender a aprender em todos os momentos e o professor deve ser um estimulador, mediador e construtorativo para haver a transformação de um ambiente democrático.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível entender e aprender com esta pesquisa, que a criança com Síndrome de Down, pode e deve ser inserida no ensino regular para que ela possa se desenvolver melhor. Sabe-se que ela tem condições de aprender e conviver em sociedade. Para tanto, deve-se utilizar uma comunicação de acordo com seu potencial, para compreender as possibilidades de viver naturalmente, de forma respeitosa, como um cidadão e como qualquer outra pessoa no mundo.

São pessoas inteligentes, competentes e sensíveis. Mesmo sabendo que existem desafios a serem superados em relação à inclusão desses alunos na rede regular de ensino, devem ser bem atendidos e entendidos. Salientou-se que um desses desafios a serem superados seria a preparação continuada dos profissionais da educação para receber estes alunos. A escola necessita de apoio de professores especializados em inclusão e dos profissionais na área da saúde. Seria uma interação entre saúde, pais, escola e sociedade, trabalhando juntos por um bem maior, que é a própria formação do ser humano.

Acredita-se que, a escola, apesar de todos os desafios presentes, precisa ser engajada nas transformações significativas no que se refere à inclusão escolar. Ela deve acreditar e possibilitar a formação plena de todos os alunos, e ter objetivos voltados para os alunos de inclusão. Muitas vezes, estes terão apenas a escola como libertadora de seus problemas.

As crianças com Síndrome de Down são, normalmente, destemidas, alegres e com grande capacidade de comunicação. A escola conta com muito material pedagógico e humano para contribuir e,

enfim, atender os objetivos almejados na área emocional, educacional e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1988. Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. **Declaração de Salamanca**. Brasília: Corde. (1994). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a11.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de atenção à saúde**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

BROCKMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. **Narrativa: Problemas e promessas de um paradigma alternativo**. Psicologia: Reflexão e crítica, 16 (3), pp. 525-539. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a11.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2019.

CASTRO, Antonilma S. A.; PIMENTEL, Susana C. **Atendimento educacional específico Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar**. Salvador: Edufba, 2009.

FAZENDA, Ivani; TAVARES, Dirce Encarnacion; GODOY, Hermínia. **Interdisciplinaridade na Pesquisa Científica**. Campinas-SP, Papirus, 2015.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, E. D. A. Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. São Paulo: EPU, 2013.

LUIZ, Flávia M. Rosa et al. **A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.14, n.3, 2008, pp.497-508.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **O desafio das diferenças nas escolas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. Revista CEJ, V. 8 n. 26 jul./set. 2004. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/622>. Acesso em 03 out 2016.

PUESCHEL, S. (Org.). **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. 7 ed. Campinas: Papirus, 2003.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: histórias e fundamentos**. Curitiba: Intersaberes.

SOLER, Reinaldo. **Brincando e Aprendendo na Educação Física Especial: Planos de aula**. Rio de Janeiro: Sprint, 2012.

TAVARES, Dirce Encarnacion. **História Oral: Uma Metodologia Científica e Interdisciplinar**, 2019. No Prelo.